

## PROLETÁRIOS DAS SECAS: (DES)ARRANJOS NAS FRONTEIRAS DO TRABALHO (1877-1919)

TYRONE APOLLO PONTES CÂNDIDO\*

Manuel Peixoto Lins residia em Pereiro, na fronteira leste do Ceará, próximo à província do Rio Grande do Norte. Junto com sua família enfrentou ao menos duas grandes secas no último quartel do século XIX. Na “memorável seca de 1877 a 1879”, foi levado a abandonar sua terra natal onde “dispunha de recursos suficientes para manter-se com sua família”. Esses recursos “extingiram-se com a retirada”, tendo de enfrentar desde então “sacrifícios terríveis, lutando sempre com dificuldades”. A família de Manuel Peixoto Lins era numerosa, composta por quatorze pessoas; a maioria mulheres, incluindo “três órfãs de pai e mãe” que “educa desde tenra idade”. Suas aflições aumentaram quando, no ano de 1888, as chuvas não caíram. Perdeu “todos seus serviços” e, “como tal, a safra de suas lavras, donde sempre viveu e de cujos recursos mantinha com decência sua família”. Manuel Lins residia então no sítio Dourado, em Pacatuba, há poucos quilômetros de Fortaleza. Carente de recursos, procurou a recém-formada comissão de socorros públicos para rogar auxílios.

Ao redigir sua petição, Lins julgou necessário atestar suas condições através de documento comprobatório assinado pelo vigário local, Pedro Leopoldo Feitosa. Este afirmou ser o suplicante um “paroquiano honrado”, de “bons costumes” e cumpridor das “leis da moral” cuidando da educação de sua família. Manuel Lins dizia aos membros da comissão de socorros “não poder retirar-se” mais uma vez, pois sua família, por ser “composta quase em sua totalidade por mulheres”, ficaria exposta a “transtornos irreparáveis” haja vista que qualquer serviço que viesse a contratar “não minoraria a falta de recursos”.

A história da família de Manuel Peixoto Lins personaliza as experiências de milhares que na passagem do século XIX vivenciaram anos de fortes estiagens. A cada dez ou quinze anos uma grande seca se sucedia; no intervalo entre uma e outra alguns meses de

---

\* Professor Assistente do Curso de História da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central – UECE. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC, sob orientação do Prof. Dr. Frederico de Castro Neves. Bolsista da FUNCAP.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

2

chuvas irregulares ampliavam a miséria. Muitos foram os que, como ele, durante o tempo de sua existência enfrentaram dois ou mais grandes períodos de estiagem.

Manuel Peixoto Lins foi um dos sobreviventes da retirada da seca de 1877-79. Possivelmente quando deixou Pereiro o seu destino não fosse de início Pacatuba. Muitos como ele procuravam preferencialmente Fortaleza ou Aracati por serem portos receptores de gêneros que vinham por mar. Também desses portos saíam embarcações levando emigrantes para províncias como Maranhão, Pará e Amazonas, ao norte, ou Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, ao sul. Fortaleza tornou-se naquela seca, nas palavras de Raimundo Girão, a “capital de um pavoroso reino”; a pequena urbe, com cerca de 25 mil habitantes, constituiu-se em poucos meses no principal centro de recepção dos retirantes, aglomerando-se ali, em precaríssimas condições, uma multidão de até 114 mil pessoas. (GIRÃO, 1953: 185-6; NEVES, 2000: 93-111)

Não consta que Manuel Peixoto Lins e sua família tenham emigrado para alguma outra província naquela seca; seus nomes não aparecem nas centenas de cartas enviadas por retirantes ao presidente da província solicitando passagens nos vapores. O mais provável é que tenham passado algum tempo na capital e, em seguida, procurado Pacatuba. Com o aumento da quantidade de retirantes em Fortaleza e o aparecimento de doenças, fez-se imperativo para as autoridades encontrar alguma forma de afastar os miseráveis da cidade ou, ao menos, reduzir o número dos que chegavam. Diversas obras foram promovidas nas vilas do interior da província a fim de ali fixar os retirantes. Eram construções ou reformas em igrejas, açudes, estradas, cadeias e uma diversidade de outros trabalhos organizados para empregar uma numerosa mão de obra. A mais importante obra daquela seca foi o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, chegando a ocupar perto de trinta mil retirantes. Desde maio de 1878, quando tiveram início os trabalhos do prolongamento, uma grande parcela dos imigrantes de Fortaleza foi se deslocando para aquela obra. Os trabalhos começavam em Pacatuba. Possivelmente entre os que se mudavam para lá estavam Manuel Peixoto Lins e sua família.<sup>1</sup>

Em Pacatuba, a família de Manuel Lins pode ter se engajado em alguns dentre diversos serviços. Se tivessem experiência em obras de construção os homens possivelmente seriam selecionados para as reformas da capela ou da cadeia, onde alguns dos retirantes eram pedreiros. Mas também podiam ter se dedicado a atividades mais prosaicas na construção das paredes e sangradouros de dois reservatórios de água nas proximidades: os açudes de São

---

<sup>1</sup> Ofício de 13/08/1888 e anexos, Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC. Sobre o número de retirantes nas obras da ferrovia: Ofício de 21/07/1879, IJJ<sup>9</sup> 189, Ministério do Império, AN.

4

João e São José. Como agricultores, podem ter preferido as atividades nos roçados de Forquilha e Quandu, terrenos de “extensões grandíssimas”, onde nos meses que antecediam ao período das chuvas os retirantes dedicaram-se à limpeza dos terrenos e cultivo de sementes na esperança de alimentos no futuro. As mulheres e as crianças podem ter sido recrutadas para o serviço de carregamento de materiais para diversas obras. Da localidade de Monguba levavam pedras até a linha férrea para, dali, pelas composições, serem transportadas até Fortaleza e distribuídas pelas obras de calçamento das estradas de Soure e de Messejana. Também carregavam tijolos para as obras do prolongamento da ferrovia.<sup>2</sup>

Mas a principal ocupação para a maioria dos retirantes era mesmo as obras de prolongamento da Baturité. De Pacatuba partia a primeira seção destinada a chegar à vila de Acarape – a outra seção vinha de Canoa, próxima a cidade de Baturité, até o mesmo ponto. No trecho da primeira seção foram constituídas três residências, cada uma encetando os trabalhos de um perímetro do prolongamento. Em novembro de 1878 havia mais de três mil retirantes trabalhando naquela seção. Nas residências havia abarracamentos e roçados, “oficinas de ferreiro e carpina, depósito de víveres e materiais”. Os operários executavam as mais diferentes tarefas: fabricavam tijolos e cal, abriam picadas e destocavam terrenos, construía barracas e plantavam roçados, procuravam veios de água e carregavam dormentes e trilhos. Havia uma divisão de trabalho segundo o sexo e a idade. Homens eram empregados nos serviços da linha enquanto as mulheres cozinhavam, serviam nas enfermarias e carregavam materiais. As crianças, além de transmitirem recados, levavam a preciosa água para matar a sede dos operários.<sup>3</sup>

Em quaisquer modalidades de trabalho com as quais a família de Manuel Lins tenha se ocupado naquela seca, tivera de enfrentar a opressiva presença das doenças e a falta de alimentos. A epidemia de varíola, atacando corpos frágeis, de Fortaleza espalhou-se entre os trabalhadores de Pacatuba e de outras localidades ao longo do prolongamento da ferrovia. Enfermarias tiveram de ser improvisadas nas residências da estrada de ferro e, em Maleitas (um nome apropriado para sua destinação), um hospital foi construído para o isolamento dos casos mais graves. Nos últimos meses de 1879 os depósitos esvaziaram e a fome se fez

---

<sup>2</sup> Ofício de 25/05/1877, Obras Públicas, APEC. *Exposição minuciosa das obras feitas pelos socorros públicos desta Vila sob a administração do Exmo. Sr. Doutor José Júlio de Albuquerque Barros*, Ofício s.d., Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC.

<sup>3</sup> *Cearense* de 25/11/1878, BPGMP.

5

generalizada. Os trabalhadores revoltavam-se com a distribuição de carne estragada que, enfim, se tornou o único alimento disponível para se oferecer aos retirantes.<sup>4</sup>

A experiência da retirada durante a seca de 1877-79 foi, para a família de Manuel Peixoto Lins, um marco de profundas mudanças. Em questão de meses viram-se coagidos a abandonar seus meios de vida em Pereiro para tentar a sorte em Fortaleza. Dali, em meio a epidemias e carência de alimentos – mas também condicionados por políticas de controle urbano –, foram parar nas obras de socorros públicos de Pacatuba, talvez mesmo engajando-se nos trabalhos do prolongamento da ferrovia de Baturité. A cada passo do caminho parecia que o controle sobre a vida se lhes fugia das mãos.

Mas, ao fim da seca, Manuel Lins não fez como tantos outros retirantes que retornaram a seus lugares de origem. Preferiu permanecer em Pacatuba, onde certamente havia proprietários de terras procurando “braços” para retomar as atividades agrícolas com a volta das chuvas. A migração significou para muitos a ruptura com tradicionais laços que os ligavam a terra, mas Manuel Peixoto Lins conseguiu nos anos seguintes estabelecer-se como agricultor do sítio Dourado.

Quando um novo período de forte estiagem se anunciou em 1888, Manuel Peixoto Lins viu-se diante da perspectiva de enfrentar novamente as agruras da retirada. Reavivaram-se as lembranças da “memorável seca de 1877 a 1879” e, diante disso, procurou forjar uma nova estratégia para enfrentar o novo tempo de miséria intensificada.

As experiências da família do agricultor Manuel Peixoto Lins aproximam-se das de milhares de sertanejos que enfrentaram longos períodos de estiagem no sertão cearense durante a passagem do século XIX. A conservação de uma petição escrita de próprio punho, apesar de curta, oferece alguns elementos para a reflexão acerca das expectativas dos sertanejos diante daquele quadro. Vê-se, com isso, que os retirantes eram bem mais que simplesmente “estômagos” e “braços” abandonados a uma situação adversa. Levavam consigo concepções prévias relativas à religião, família, comunidade, trabalho e às noções de justiça que, diante das jornadas de fome, cansaço, doença e trabalho, contribuíam para o enfrentamento dos desafios da migração.

---

<sup>4</sup> Ofício de 27/08/1879 e anexos, EFB, APEC.

6

Para Manuel Peixoto Lins conservar sua família unida era atitude importante durante o período da seca. Entendia que a solidariedade entre os próximos era um meio de conservação para os pobres. Na seca de 1877-79 provavelmente viu muitas famílias serem desfeitas pela emigração ou pelas doenças que ceifavam a vida de tantos. Quem saberá ao que se referia quando afirmou sobre os “transtornos irreparáveis” aos quais – imaginava – ficaria exposta sua família numa nova retirada? Talvez tenha sido durante a seca de 1877-79 que passara a abrigar as três meninas “órfãs de pai e mãe” de quem fala na petição. E a própria decisão de procurar Pacatuba durante a seca possivelmente tenha sido parte de alguma estratégia pessoal visando encontrar ali diversas outras famílias provenientes de Pereiro, também retirantes, com quem podiam formar aquilo que antropólogos chamam de laços de um “parentesco fictício”, forjados diante de situações de opressão.<sup>5</sup>

Não se retirar também significava evitar ter que trabalhar em alguma obra de socorro público, submetido talvez ao mando despótico de feitores e engenheiros. Na seca de 1888-89 já não havia grandes obras em Pacatuba. Talvez Manuel Peixoto Lins tivesse que procurar Baturité, onde estava sendo retomado o prolongamento da estrada de ferro, ou Quixadá, para onde os retirantes iam pensando em trabalhar nas obras de construção do açude do Cedro. Qualquer das alternativas implicaria em deixar as terras onde se estabelecera. Quando o vigário de Pacatuba assegurou que Manuel Lins vivia dos “seus serviços” estava dizendo que ele era um “morador” do sítio Dourado. Nessa condição, não tinha qualquer direito à posse sobre as terras que deviam pertencer a algum proprietário rico, ou ao menos remediado. Decerto, as condições de vida da família de Manuel Peixoto Lins no sítio Dourado não se diferenciavam muito daquelas das maiorias sertanejas para quem eram impostos árduos regimes de trabalho, precárias condições de moradia e subalimentação, mas ainda assim ponderavam que deixar a terra poderia significar, após a seca, não terem mais onde plantar.

---

<sup>5</sup> Ofício de 13/08/1888. Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC. No abarracamento construído em Pacatuba que reunia aquelas famílias que, não dispendo de homens capazes para se empregar nas obras públicas, tinham concessões gratuitas de alimentos e roupas havia um total de 224 famílias ao final da seca de 1877-79. Dessas, 12 eram de Pereiro, terra de Manuel Lins, o que fazia de sua localidade a segunda maior procedência de imigrantes em Pacatuba, ficando atrás apenas de Pau dos Ferros, vila norte-rio-grandense que somava 15 famílias ali presentes. *Relação das famílias abarracadas e socorridas neste distrito que exigem guias a fim de poderem retirar-se*. Ofício de 19/01/1880, Pacatuba, caixa 11, Socorros Públicos, APEC.

Pela trajetória da família de Manuel Peixoto Lins adentramos o universo dos proletários das secas. Nesta comunicação, que resume minha pesquisa atualmente em desenvolvimento no doutorado em história social da UFC, procuro chamar atenção para o surgimento desses novos sujeitos históricos que emergiam principalmente durante os anos das grandes estiagens que atingiram o perímetro semi-árido do país na passagem do século XIX. Já pelas escassas informações disponíveis sobre os deslocamentos da família Lins pelo interior do Ceará é possível verificar diferentes experiências de retirantes que, durante os meses de seca, viam-se coagidos a procurar em obras públicas e outras ocupações alternativas para a sobrevivência ante a profunda desestruturação que a falta de chuvas impunha à vida dos pobres do sertão. As crises de estiagem levaram muitos milhares de sertanejos a tecer no cotidiano de migrações e trabalho formas de resistência e laços solidários que marcaram a vida de pessoas que, às vezes, no tempo de sua existência, enfrentaram duas ou mais grandes secas, o que fazia com que o engajamento em alguma obra de socorro público (construções de estradas ou ferrovias, açudes ou portos, calçamentos urbanos ou reformas em praças, prédios públicos ou igrejas, dentre outras tantas atividades) passasse a fazer parte do próprio horizonte de expectativas dos retirantes a cada nova seca.

Defendo em minha tese a importância de se ressaltar a emergência dos proletários das secas nesse período como uma forma de dar visibilidade a sujeitos sociais subalternos que lamentavelmente restaram esquecidos durante muito tempo. Reconstituir trajetórias e experiências dos proletários das secas parece se constituir num meio importante de a historiografia social do trabalho e dos trabalhadores oferecer uma visão mais complexa sobre o processo de formação das classes trabalhadoras, contribuindo por apontar para caminhos alternativos ao clássico (e por vezes redutor) modelo de explicação associado ao trabalhador livre-industrial-urbano. O proletário, assim compreendo, não é apenas aquele operário das grandes fábricas; é também todos aqueles (e todas aquelas) de alguma forma relacionados aos processos de produção capitalistas que nas diferentes partes do mundo assumiam configurações diversas, dependendo das características sociais prévias encontradas em cada região.

As secas da passagem do século XIX (1877-79, 1888-89, 1900, 1915 e 1919) exerceram profundos impactos sobre as correntes migratórias que cortavam o território

8

brasileiro naquele tempo, principalmente no seu eixo setentrional – entre o Ceará e a Amazônia. Mas não somente ali. Antes mesmo da seca de 1877, já havia movimentação de cearenses atravessando as províncias do norte. Mas, com as profundas crises que acompanhavam os tempos de estiagem naquele entresséculos, a quantidade de pessoas emigrando cresceria exponencialmente. Os números – ainda que imprecisos em razão das deficientes estatísticas da época – são impressionantes sob qualquer ponto de vista. Rodolfo Teófilo, sem dúvida o maior cronista daquelas secas, calculava a saída de mais de seis mil retirantes pelo porto de Fortaleza em pouco mais de seis meses no ano de 1877. Logo em fevereiro de 1878 essa cifra cresceria, segundo um presidente de província, para algo em torno de 18 mil. Em 1889, uma nova contagem de retirantes acusaria a saída de mais 14 mil pessoas em menos de um ano. Teófilo, dessa vez falando sobre as migrações durante a seca de 1900, disse ter o Ceará perdido naquele ano “cerca de quarenta mil almas”. Quanto à seca de 1915, falou-se no embarque de mais de 50 mil por Fortaleza, além de seis mil que teriam emigrado através do porto de Camocim. Ainda maiores seriam esses totais, caso se considerasse a numerosa população que partia por terra ou através de outras enseadas do litoral onde sempre havia embarques. (TEÓFILO, 1922a: 148; TEÓFILO, 1922b: 194)<sup>6</sup>

Mais do que a indicação de números, um trecho retirado de um artigo de Oliveira Viana, publicado no jornal carioca *O Paiz*, em 1918, pode dar certa ideia a respeito das impressões que essa massiva movimentação de retirantes pelo território brasileiro provocava nos observadores contemporâneos:

Esses cearenses, com efeito, têm realizado ao norte nestes últimos cinquenta anos uma obra análoga a que os antigos paulistas nos primeiros séculos de nossa história realizaram por todo o Brasil meridional. Dos paulistas o formidável movimento de irradiação povoadora reveste feitura épica e vibra ressonâncias homéricas; o dos cearenses é menos ruidoso, menos teatral, menos empolgante e sugestivo, porque difuso, sutil, formigueiro, mas igualmente edificante pela férrea resistência moral, pela tenacidade indefesa, pela inércia paciente, pela prodigiosa reserva de abnegação e de heroísmo que revelam os seus obscuros realizadores. Estudando nestas mesmas colunas há tempos a área de dispersão das gentes sertanejas, eu tive

<sup>6</sup> *Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro João José Ferreira de Aguiar passou a administração da província do Ceará ao Exm. Sr. Dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, 3º vice-presidente da mesma província em o dia 22 de fevereiro de 1878.* Fortaleza: Typographia Brasileira, 1878, p. 9. Ofício de 12/02/1889, IJJ<sup>9</sup> 5/7, caixa 428, Ministério do Império, AN. *Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do estado coronel Benjamin Liberato Barroso.* Fortaleza, 1916, p. 6-8.

oportunidade de ressaltar o prodigioso dessa irradiação, o surpreendente dessa infiltração das populações do nordeste no seio da massa nacional. Mostrei que, na sua expansão para oeste, para os grandes vácuos demográficos de Mato Grosso e Goiás, esses bandeirantes modernos haviam fundado núcleos de população que ainda não figuravam nos mapas dos nossos cartógrafos. E verifiquei cheio da maior surpresa que mesmo ao sul, mesmo na região do Contestado, a massa da população local contava entre os seus elementos estranhos um número de cearenses e nortistas em geral muito superior ao dos outros estados circunvizinhos dessa região, ao dos fluminenses, dos paulistas e mesmo dos rio-grandenses-do-sul.

Os que emigravam não saíam apenas em tempos de seca, mas de fato eram nos meses das fortes estiagens, quando a miséria do povo se fazia mais intensa, que em maior quantidade partiam as embarcações lotadas de sertanejos. Tampouco essas migrações eram constituídas apenas por pessoas que partiam, pois (apesar de ter sido grande a proporção dos que morreriam em terras distantes ou dos que, de tão arruinados, não encontravam meios de retornar), muitos voltavam assim que se iniciava um novo tempo de inverno, ou em algum outro período. Essa diáspora não se fazia, portanto, apenas da retirada de sertanejos para outras paragens; seria mais bem caracterizada como um tempo de intensas movimentações de gente indo e vindo em diversas direções, numa espécie de “vida nômade” a que se entregava “boa parte da população rural” do Ceará, como se referiu José Freire Bezerril Fontenele, então presidente do estado, em 1893.<sup>7</sup>

A diáspora sertaneja constituiu-se num significativo arsenal de novas experiências para os proletários das secas. Em pouco tempo, referências de fronteiras desconhecidas (algumas próximas, outras mais distantes) eram incorporadas às experiências de uma população em crescente movimento. Indivíduos, famílias ou grupos maiores deslocavam-se e, com seu exemplo, abriam os caminhos para novas trajetórias que lhes seguiam. Os que retornavam, relatavam histórias que preenchiam o imaginário popular com exemplos sempre tocantes de aventuras ou desventuras, felicidades ou agonias, de algumas opulências alcançadas ou – como para quase todos – de incertezas, doenças e privações.

Aquelas migrações muitas vezes se compunham de imensas caminhadas, embarques traumáticos, aglomerações indignas em vapores superlotados, privações de comida

---

<sup>7</sup> *Mensagem do presidente do estado tenente coronel Dr. José Freire Bezerril Fontenele à Assembléia Legislativa do Ceará em sua 2ª sessão ordinária da 1ª legislatura.* Fortaleza: Typ. da República, 1893, p. 16.

10

e tratamento médico, atos de violência. Era experiências, dessa forma, eivadas de situações nas quais se fazia necessária a solidariedade mútua da gente comum, a resistência e as contraposições coletivas dos que julgavam chegar aos limites das condições aceitáveis. A cada momento, tinham os retirantes de lidar com agentes de socorros públicos, policiais, tripulantes de navios, administradores de colônias, feitores, contratadores, novos patrões, todos eles personagens do poder que buscavam lhes impor controle, ditar direções, exigir trabalho.

De particular importância eram as experiências de trabalho, pois de trabalho era composto o cotidiano da migração. A começar pelos serviços prestados para a própria sustentação dos imensos grupos de retirantes. Cozinhar, limpar, construir barracas, carregar materiais os mais diversos eram as tarefas básicas das aglomerações humanas em cidades, portos, colônias agrícolas ou outras paragens. Quando adquiriam ocupações em seringais, cafezais, obras de construção, passavam a ter de lidar com novas relações de trabalho, aprendendo novas técnicas e regras de convivência. Conflitos sempre haveria de surgir nesses ambientes de exploração e estranhamento. Daí porque também o recurso das prisões terem sido uma constante das migrações – não somente as prisões decorrentes de crimes diversos, mas também os encarceramentos nos seringais ou fazendas de café, dos quais os trabalhadores só podiam sair após honrar com as quase impagáveis dívidas que contraíam nos barracões.

As obras de socorros públicos estavam no meio dos percursos desses sertanejos emigrantes. Na verdade, foram criadas exatamente para conter os “excessos” das migrações, tentando evitar a massiva “fuga de braços” dos sertões ou as grandes aglomerações de retirantes nas cidades do litoral. As imensas multidões de pessoas que confluíam para essas obras, ao ali chegarem, já haviam antes percorrido longas trajetórias. Famílias ou outros agrupamentos chegavam após haverem vivenciado situações desafiantes pelos caminhos do sertão, por vilas e cidades, portos e outros centros de trabalho. Suas experiências migratórias prévias eram, assim, um dado importante no momento do engajamento e durante a vivência no cotidiano de trabalho. Por outro lado, muitos não perduravam nas obras, partindo – isoladamente ou em grupos – na intenção de forjar outras estratégias pessoais para enfrentar as duras jornadas da seca. Não raro era o caso dos que deixavam uma obra aqui para tentar trabalho numa outra ali adiante. Os proletários das secas assemelhavam-se à “população nômade” descrita por Karl Marx em *O Capital*:

Agora nós nos voltamos para uma camada da população cuja origem é rural e cuja ocupação é em grande parte industrial. Ela constitui a infantaria ligeira do capital, que, de acordo com sua necessidade, ora a lança neste ponto, ora naquele. Quando não em marcha, “acampa”. O trabalho nômade é empregado em várias operações de construção e drenagem, na fabricação de tijolos, queima de cal, construção de ferrovias etc. Coluna ambulante da pestilência, ela traz aos lugares em cujas cercanias instala seu acampamento: varíola, tifo, cólera, escarlatina etc. Em empreendimentos com aplicação significativa de capital, como construção de ferrovias etc., geralmente o próprio empresário fornece seu exército de barracos de madeira ou similares, aldeias improvisadas sem nenhuma instalação sanitária, além do controle das autoridades locais, muito lucrativo para o Sr. Contratista, que explora duplamente os trabalhadores: como soldados da indústria e como inquilinos. (MARX, 1984: 224)

Os anos entre as secas de 1877 e 1919 delineiam o período por mim selecionado para observar a emergência dos proletários das secas. Uma nova dinâmica na vida sertaneja se configurou nesse tempo. Ao partirem do sertão, quando reconheciam a perda das safras ou a impossibilidade de preservação do gado, os retirantes iniciavam uma trajetória arriscada, pois, uma vez abandonado o local de moradia e trabalho, o retorno ao fim da quadra seca não era garantido. A retirada representava, pois, *uma precarização nas relações de trabalho e dependência da sociedade tradicional*. E mesmo quando, ao fim da seca, os pobres conseguiam se restabelecer nas glebas do sertão, os novos vínculos possivelmente não manteriam as antigas expectativas de fixação das famílias camponesas. Por outro lado, os retirantes, ao retornarem ao sertão cearense após empreenderem curtos ou longos deslocamentos, incorporavam a suas estratégias pessoais a possibilidade de acionar as rotas que agora já conheciam, podendo com isso optar pela emigração ao se depararem com circunstâncias opressivas do cotidiano de trabalho, ainda que em tempos de chuva.

Portanto, pode-se dizer que as secas geraram consequências na dinâmica sertaneja mesmo após o fim das estiagens. Se, em 1877, a grande seca alcançou os cearenses de certa forma desprevenidos – pois uma extraordinária ausência de fortes crises climáticas, desde 1845, havia se combinado a um período de euforia econômica com o *boom* da exportação do algodão na década de 1860 –, a partir de então o tempo de miséria intensificada pela falta de chuvas passou a fazer parte do próprio horizonte de expectativa dessa sociedade, na medida em que se reconhecia a inevitabilidade de uma nova seca ocorrer mais cedo ou mais tarde. As consequências das jornadas dos meses de seca repercutir-se-iam nos tempos de regularidade

12

climática, fazendo com que, de retirantes, os sertanejos tornassem-se verdadeiros *proletários das secas*, pois suas experiências nos meses de estiagem criariam marcas permanentes na totalidade de sua condição enquanto trabalhador. Expressão maior dessa condição encontra-se na literatura de Graciliano Ramos que em *Vidas Secas* conta a saga de uma família de retirantes. Em contraste com os romances anteriores que exploraram as desditas dos pobres durante as secas, a obra de Graciliano Ramos foge à estrutura narrativa que enxerga no extraordinário dos tempos de estiagem os elementos de dramaticidade a nortear o enredo literário. *Vidas secas*, diferentemente, inicia-se não com o anúncio de uma nova seca, porém com a chegada de uma família retirante a uma fazenda ao fim de um período de estiagem, onde permanecerá durante os tempos de regularidade climática enfrentando um sem-número de opressões, injustiças, misérias, espoliações... até o aparecimento de uma nova seca. O que faz a percepção de Graciliano Ramos diferente é sua sensibilidade em entender que a própria vida dos sertanejos era de certa forma uma “constante seca” – eram “vidas secas”. (RAMOS, 2006)

Na verdade, as secas da passagem do século XIX viriam coroar um processo de proletarização em que largas parcelas da população sertaneja já se encontravam. Ante a precarização progressiva dos laços que ligavam os grupos camponeses à terra, a crise climática acentuaria a quebra de relações de trabalho estabelecidas por vezes através de gerações, mas que, no contexto de inserção do capitalismo no campo, tendiam a se desfazer mais cedo ou mais tarde. Uma parcela cada dia maior dos sertanejos teria de encontrar em ocupações estranhas aos tradicionais regimes de trabalho no campo alternativas para a sustentação. Formava-se uma crescente camada social de sem-terras obrigada a contrair novas modalidades de trabalho, nem sempre encaradas como dignas ou vantajosas pelos sertanejos alijados. “Liberava-se” dessa maneira um contingente de trabalhadores rurais a circular para cima e para baixo, na condição de jornaleiros ou prestadores de serviços ocasionais, buscando ocupações temporárias em sítios e fazendas. Outros viriam a se estabelecer nos subúrbios que passavam a surgir em cidades como Fortaleza, Aracati e Sobral. Foram também esses novos proletários que se constituíram no principal corpo de mão de obra a formar os seringais amazônicos. Sem falar numa gama variadíssima de meios de vida que emigrantes pobres saídos dos sertões do Ceará encontraram em territórios próximos ou distantes nessa grande diáspora sertaneja.

Mas a emergência dos proletários das secas não se manifestava apenas pelo surgimento de um contingente de trabalhadores precarizados direta ou indiretamente pelas crises climáticas da passagem do século XIX. Apresenta-se igualmente pela sua expressão como força social negativa, no sentido de milhares de pessoas que, compartilhando experiências opressivas, passaram a articular coletivamente formas de resistência às imposições daqueles que, assumindo diferentes papéis de poder, intentavam disciplinar, controlar ou apaziguar a agitação popular. Invasões de roçados, saques a depósitos do governo, fugas de colônias agrícolas ou de fazendas e seringais onde se incorriam em cativeiros por dívidas, protestos à frente de repartições públicas ou núcleos coloniais, embarques clandestinos, movimentos grevistas, ataques violentos contra comissários, engenheiros ou diretores de hospedarias, motins e confrontos com forças policiais em ruas e praças, roubos e articulações forjadas para enganar agentes distribuidores de comida, roupas ou remédios – e possivelmente muitas outras ações que a consulta às fontes reunidas nesta pesquisa não logrou encontrar, mas que certamente existiram – constituem o amplo repertório de lutas e protestos dos proletários das secas que, no seu conjunto, despertou a preocupação das autoridades brasileiras para controlar aquela população desordenada que, como uma espécie de monstro, parecia surgir por todos os lados com suas atitudes “bárbaras”.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1953.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Volume 1 – Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NEVES, Frederico de Castro. “A capital de um pavoroso reino”: Fortaleza e a seca de 1877. *Tempo*, Rio de Janeiro, n° 9, julho 2000, p. 93-111.

TEÓFILO, Rodolfo. *História da secca no Ceará – 1877-1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

\_\_\_\_\_. *Secas do Ceará (segunda metade do século XIX)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.